COMDEMA
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
GESTÃO 2023/2025

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Reunião virtual via aplicativo Google Meet

DATA: 14/05/2025

Em quatorze de maio de dois mil e vinte e cinco, às 14:00h, horário da primeira convocação, com 11 conselheiros presentes, foram abertos os trabalhos do Conselho de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, em Reunião Ordinária, pelo Vice-presidente Claudemir Battaglini, o qual deu início aos trabalhos de acordo com a pauta da convocação.

1. Aprovação da Ata da 16ª RO realizada em 09/04/25 – Ata revisada enviada para leitura previamente, não havendo alterações, **foi aprovada por unanimidade.**

2. Informes da Mesa Diretora – a) Recebidos ofícios de solicitação de uso do Fundo Ambiental em favor do programa de Educação Ambiental nas escolas. Programas Vivências para Serra do Japi, Conectando Aves, Árvores e Saberes e Instalação e Manutenção de Meliponários e Hotéis de Insetos nos Territórios Educativos do Município de Jundiá. Foram encaminhados a CTFMCQA.

b) Pendências Secretaria Executiva –

2ª e 9ª RO – ofício Plano de Arborização Urbana – podas de árvores – FICAMOS DE RETOMAR O TEMA;

4ª RO – CTRH novo ofício para DAE (ok), recentemente foi oficiado em complementação;
- Relatório fiscalização quadrimestral – cumprimento resolução COMDEMA 01/2021 (e 10ª RO – Resolução sobre fiscalização - indicação CTFL 01/24);

- Resolução sobre paridade (parecer CTFL 02/2024) (e 16ª RO)

6ª RO – criar SEI Regimento Interno do COMDEMA

7ª RO – tratou de pendências

9ª RO – resposta pendente sobre proc. FMCQA sobre estudos anteriores do IPTU e medidas contenção áreas de risco; envolve também nova contratação do IPT;

13ª e 16ª RO – ofícios Gestor Planejamento e Meio Ambiente e Câmara sobre informações diversos temas (entre eles atividade ilegal território gestão Terra Nova etc.) – ofício 01/25

14ª e 15ª RO – minuta Lei do Fundo Ambiental – parecer aprovado – cobrando providências andamento do SEI e solução (foi informado que haveria repristinação da lei anterior do Fundo, até conclusão do novo projeto)

16ª RO – novo chamado para preencher cadeiras sociedade civil

17ª RO – Revisão de atas publicadas.

c) Conselheiro Jean Michael - Falta de informações na aba do conselho que está no site da Prefeitura. Verifiquei que com o passar dos anos está constando apenas a ata simplesmente, sem seus anexos e/ou pareceres da câmara técnica que foram aprovados e não constam mais as listas de presença. UGPUMA fará revisão das atas publicadas.

d) Padronização dos cabeçalhos de Pareceres Técnicos das CT e composição das CT. Trabalho apresentado pelo conselheiro Carlos Pereira, encaminhado as CT para uso do modelo.

3. Câmara Técnica de Fiscalização e Legislação (CTFL):

- a) Indicação CTFL 02 – O conselheiro Pedro Pontes realizou a leitura da indicação. A conselheira Joana Carvalho fez um breve histórico dos motivos desta indicação, sendo a falta de preenchimento de cadeiras do conselho, em especial pela Sociedade Civil, a motivação de revisão de composição e abertura a pessoas não vinculadas a entidades, porém com atuação comprovada na área ambiental. **A indicação foi aprovada por unanimidade.**

4. Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo (CTUOS):

- a) **Parecer sobre o processo FUMAS 805/2022 Regularização Fundiária** - O conselheiro Vitor Martins fez a leitura do parecer. O conselheiro Pedro Pontes apresentou 3 dúvidas: sobre os interessados não ter interesse na pavimentação, sobre as áreas de risco iminente e os fragmentos de vegetação. Questionou se cabe ao requerente tal manifestação ou ao poder público a definição de pertinência. Battaglini explicou que a legislação define tais questões podendo os interessados abrir mão de pavimentação e fica consignado que o requerimento de infra estrutura posterior serão por conta dos interessados. Que a Lei da Mata Atlântica protege os fragmentos, não permitindo novas supressões e que áreas de risco iminente são definidas como suscetíveis a deslizamento e enchentes. Pedro insiste que a simples manifestação do interessado não afasta os riscos ambientais referentes a drenagem, cabendo observação do COMDEMA neste item. Vitor reforça se tratar de questão prevista na Lei 9.807/2022 artigo 56 e leu a declaração dos moradores juntada ao processo. Battaglini ainda apontou que o loteamento é atendido por caminhão pipa para distribuição de água potável e que não considera ideal, porém a Lei garante que esta é uma solução válida. O conselheiro Fabio Pereira chamou a atenção de que ao abrir mão das infraestruturas, não faz sentido a regularização do loteamento como urbano, uma vez que não reúne as características para isso. O conselheiro Flavio Gramolleli chamou atenção que daqui a um tempo, uns 10 anos, haverá requerimento das infraestruturas as quais foram deixadas de realizar pelos interessados e pode ser que os munícipes como todo é que paguem pelos serviços, o que não seria justo, deste modo é de grande relevância o arquivamento correto destes documentos para que os possíveis futuros proprietários e os atuais não possam requerer as benfeitorias sem pagar por elas. O conselheiro Jean Michael informou que a Lei de Regularização Federal menciona que para regularização de um núcleo, nós precisamos das seguintes coisas: energia elétrica, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, sendo que pavimentação e drenagem está fora. Esta é a previsão na Lei Federal, porém a Prefeitura de Jundiáí colocou pavimentação e drenagem como condicionante. Entretanto, nestas áreas, principalmente rurais, surgiu a Lei 9807/2022, mencionando que é possível regularizar se os moradores renunciarem à pavimentação e da drenagem. Drenagem requer guia e sarjeta então, por isso que tá andando junto, pavimentação e drenagem quando eles abrem mão, eles fazem essa declaração depois dessa declaração, eles fazem um termo de dispensa e um termo de compromisso. E a certidão de regularização fundiária vai dizer que faz parte da certidão esse termo de dispensa. Então, no futuro, registrado no cartório esta certidão de regularização,

ninguém vai poder, dos moradores atuais ou futuros compradores, dizer que a prefeitura tem a obrigação de fazer pavimentação e drenagem. A conselheira Nádia Zacharczuk apresentou uma sugestão nesse caso específico, que complemente para esse e para todos os próximos com um texto que a qualquer tempo, caso ocorra qualquer indício de erosão, e problemas ambientais em decorrência da não existência da drenagem, que todos os custos deverão ser e rateados entre os proprietários. **Colocado em votação com os acréscimos sugeridos pela conselheira Nádia, o parecer foi aprovado por unanimidade.**

b) **Parecer sobre o processo FUMAS 95/2024 Regularização Fundiária**
- O conselheiro Vitor Martins fez a leitura do parecer. O conselheiro Jean Michael apresentou uma correção na conclusão da câmara técnica, no item um, apresentação das descrições perimétricas e projeto corrigidas com a inclusão da porcentagem ser mantida permeável em cada lote, tanto memorial como projeto precisam ser corrigidos com essa informação. Já no item dois, onde os loteadores eles pagaram as áreas públicas em dobro junto com um outro loteamento, juntaram dois loteamentos irregulares próximos, compraram uma área na Serra do Japi e doaram para a prefeitura, inclusive tem registro na matrícula. O conselheiro Fábio Pereira apresentou uma observação, que isso é outro desafio para nós, entender melhor essas compensações, porque a Serra do Japi, ela já tem um status de proteção, já não pode construir uma casinha de cachorro lá, independentemente se é público, se é privado. Então, eu também acho perigoso, essa normalidade que foi dada para a compensação de intervenções, principalmente em áreas de bacia, para compensações em áreas que já são intocáveis. É mais um paradigma, que não deveria existir, mas é mais um pra gente romper. A gente precisa rever esse conceito de compensação, na minha opinião, ele é equivocado, pois não é uma compensação de fato, é uma compensação de papel, vamos dizer assim. **O parecer foi colocado em votação com as correções do Jean Michael, para complementação de informações do processo. Aprovado por unanimidade.**

5. Câmara Técnica de Recursos Hídricos (CTRH):

a) **Proposta de ofício aos órgãos públicos para esclarecimentos sobre intervenções ambientais na Bacia do Rio Jundiáí Mirim.** O conselheiro Fabio Pereira explicou qual que é a proposta aí do trabalho da CT, é que a gente avalie não só o efeito, mas a causa, porque o poder público tem tratado essa manutenção, esse desassoreamento como uma zeladoria. Na minha opinião, isso é um equívoco. Se tratando de um de um território como Jundiáí Mirim, passou por um processo de urbanização há mais de 6 anos e sofre com as intensas, movimentações de solo que ocorrem naquele território. É o que eu digo, a gente lá do Jundiáí Mirim temos convivido convivido com o rio laranja, na maioria do ano. Então assim, a proposta da câmara técnica é que a gente possa discutir um pouco mais os efeitos desse dessa ação, além de mudar de endereço dos alagamentos e além de trazer risco social, de prejuízo pros moradores eventualmente. A gente entende a dificuldade desse trabalho, falar dos recursos hídricos, basicamente é a seguinte: não é bem recepcionado esse problema, porque todos aqui nós vamos chegar em casa e podemos abrir todas as nossas torneiras e tomar o banho que a gente quiser. Então fica difícil, né?

Essa é a realidade de hoje, mas a gente sabe que essa realidade vai mudar. Como que a gente vai sensibilizar os governantes e os cidadãos para entender a importância de a gente se atentar ao manejo, ao zelo, a preservação das nossas mata ciliares e dos nossos mananciais. É mostrando o risco que isso traz, não só para a nossa capacidade de armazenagem. Por isso que a gente entende que é importante questionar o controle do DAE em relação à capacidade nominal da represa, porque essas intervenções pontuais feitas por diferentes órgãos da prefeitura que infelizmente não se conversam, ele tá trazendo prejuízos que talvez a gente não perceba agora, mas talvez seja possível capturar. Por exemplo, quanto mais sedimento na água, mais caro o custo do tratamento pra gente da água, né? Isso onera sim o sistema de tratamento devido ao despejo de mais sedimento, ou seja, se a gente continuar fazendo a leitura de que aquilo é uma área rural, como o DAE respondeu pra gente na ocasião, a gente tá desconsiderando a urbanização do território. A nossa represa é que tá fazendo o depósito desse sedimento. Então, será que a capacidade que é divulgada oficialmente hoje de fato existe? Eu tenho certeza que não, porque ela tem mais de 20 anos já. Quantos processos ocorreram em 20 anos? Os nossos requerimentos e a ideia é que haja uma integração em volta do território. Hoje a Secretaria de Serviços Públicos não conversa com o DAE, não conversa com a Secretaria de Agricultura, eles vão lá passar por cima das mudas que o uma outra secretaria plantou, ninguém vai lá e faz o replantio de nada. A Defesa Civil não tem atribuição ou capacidade técnica para fazer essas autorizações é tudo no paliativo, já são 10 anos de paliativo.

E aí é essa a ideia, ideia é avançar para a gente poder contribuir e poder começar a tratar o território com a grandeza que ele merece. De novo, sem a bacia do Jundiáí Mirim não existe Jundiáí. Sem a água do Jundiáí Mirim não existe Jundiáí. Então, basicamente é isso, eu também vou ficar à disposição para complementos, ajustes, e contribuições que possam vir pra gente poder não deixar isso cair no esquecimento e fazer o trabalho da câmara técnica acontecer, assim como acontece o da de uso do solo que sempre está aqui com seus pareceres e tudo mais. A conselheira Joana questionou se os ofícios estão prontos para envio e se serão apresentados. Foi apresentado pelo conselheiro Wagner um dos ofícios, sendo três de conteúdo similar e que serão compartilhados com todos os conselheiros. **Após a leitura do ofício, foram aprovados envio aos órgãos públicos.**

6. Câmara Técnica do Fundo Municipal de Conservação da Qualidade Ambiental (CTFMCQA):

- a) Parecer sobre prestação anual de contas do Fundo Ambiental.** O conselheiro Battaglini fez a leitura do parecer. O conselheiro Pedro Pontes questionou os projetos já aprovados de compra do veículo da Guarda Municipal e de sinalização educativa do Jardim Botânico que encontram-se aprovados a muito tempo e que com certeza o valor não corresponde ao atual. Battaglini respondeu que o praxe é que em caso de alteração significativa do valor os projetos passem por reaprovação no conselho. O conselheiro Jean Michael questionou a falta do número de processos nas tabelas de execução de gastos e ainda o gasto no São Camilo não está suficientemente detalhado para poder ser aprovado. **Colocado em votação, com a inclusão de anexos o**

detalhamento enviado pelo Departamento de Meio Ambiente, o parecer foi aprovado por unanimidade.

7. Outros assuntos – O conselheiro Pedro Pontes acho, seria conveniente constar na ata que houve diversas manifestações, no grupo WhatsApp ontem sobre o assunto do dia, que foi o aquele acidente ambiental, daquele líquido tóxico que contaminou lago do Jardim Botânico do Tulipas. Não sei se caberia alguma ação, por parte do Comdema ou mesmo da prefeitura, mas é que foi um fato relevante que acho que não pode deixar passar em branco. O conselheiro Guilherme Lima informou que foi um acidente, a empresa que faz o produto é a Silcom e o corante é o que dá a cor a caixa de ovo. O caminhão parou na rua, na descida ali, enquanto o motorista pediu uma marmitta e o caminhão soltou. Por sorte, ele bateu no poste, a carga que estava atrás caiu. Caíram dois daqueles contêiners de líquido de 1000 litros e vazaram para pista, para galeria pluvial e em seguida atingiram o lago. Foi acionada a CETESB, foi acionada a gente aqui do meio ambiente, foi acionado o pessoal da Defesa Civil, Guarda Florestal e Trânsito. O fato é que escorreu, um volume considerável, não sabemos precisar e quanto que escorreu, mas o fato é que escorreu e a hora que esse produto entra em contato com a água, ele é solúvel em água, ele tomou essa proporção. Entre as ações de contenção, a primeira de todas era retirar o que tinha de líquido ainda nos contêiners que estavam vazando e retirar os outros contêiners para que caso o poste não aguentasse não houvesse mais vazamentos. O poste aguentou a noite toda. Então, isso foi feito, foi retirado durante a noite, e hoje eles estavam trabalhando para retirar o resto dos volumes. Ontem, no final da tarde, a Associação Mata Ciliar chegou para retirar os animais silvestres, e hoje foi lá junto o Debea, está acompanhando, mas a Mata Ciliar está lá neste momento retirando os outros animais que estão ainda no parque. Uma equipe da Cetesb de Campinas esteve no local para análise da água e acompanharemos os desdobramentos. A empresa se prontificou e ajudou a chamou Ambipar para poder fazer essa contenção de forma mais imediata. A conselheira Silvia Merlo lembrou que outros acidentes aconteceram neste mesmo lago e questionou se não seria o caso de limitar a circulação destas cargas perigosas neste trecho da cidade. Pedro questionou se houve morte de animais. Guilherme informou que até o momento houve morte de peixes, ainda é cedo mas por enquanto a informação é de morte de peixes. Battaglini informou que a imprensa noticiou a instauração de inquérito civil pelo Ministério Público para acompanhamento da situação. Pedro reforçou o convite para audiência pública que ocorrerá na Câmara de Vereadores na segunda-feira, dia 19/05 às 18 horas, e que vai tratar de contestar a intenção do governo em alienar a área do Centro de Engenharia, do IAC.

Foram distribuídos os processos: CTUOS Processo FMS 120/2024 - Regularização Fundiária. CTFMCQA – 3 projetos de educação ambiental para uso do Fundo Ambiental.

O primeiro secretário Wagner de Paiva, lavrou a presente ata que leva como anexo a lista de presença.

Jundiaí, 14 de maio de 2025.

Wagner de Paiva
1º Secretário COMDEMA 2023-2025

Claudemir Battaglini
Vice Presidente COMDEMA 2023-2025

The screenshot shows a Google Meet interface. At the top, the browser address bar displays 'meet.google.com/brm-wksw-qno?authuser=0'. The meeting title is 'Wagner de Paiva (Você, apresentando e fazendo anotações)'. The main content is a document with the following text:

- 1 – Recebido ofício de solicitação de uso do Fundo Ambiental em favor do programa de Educação Ambiental nas escolas.
- 2 – Pendências Secretaria Executiva.
- 3 – Conselheiro Jean Michael - Falta de informações na aba do conselho que está no site da Prefeitura. Verifiquei que com o passar dos anos está constando apenas a ata simplesmente, sem seus anexos e/ou pareceres da câmara técnica que foram aprovados e não constam mais as listas de presença.
- 4 – Padronização dos cabeçalhos de Pareceres Técnicos das CT e composição das CT.

Below the list, the word 'PENDÊNCIAS:' is visible. The document is displayed in a window titled 'Informes da Mesa Diretora - Salva'. To the right of the document is a grid of participant video thumbnails. Visible participants include Claudemir Battaglini, Guilherme The..., PEDRO S. PON..., Jean Michael A..., and Wagner d... There is also a placeholder for 'Mais 24 pessoas'. The bottom of the screen shows the meeting controls, including a 'Parar apresentação' button, and the system tray with the time '14:21' and temperature '23°C'.